



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638624 - SP (2021/0001432-8)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : VANESSA BOIATI - SP207765  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DIEGO DA SILVA SOARES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIEGO DA SILVA SOARES em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Processo n. 2141680-41.2020.8.26.000).

A impetrante alega que o "paciente cumpria a pena imposta no PEC 0006097-63.2018.8.26.0041, quando obteve livramento condicional em 24/08/18, sendo que o TCP estava previsto para 15/02/20" (fl. 4).

Afirma que "foi atingido o TCP sem que houvesse decisão suspendendo o livramento condicional. No entanto, por decisão proferida em 18/06/20, houve revogação do livramento condicional em razão da prática de novo delito" (*ibidem*).

Alega que, "se em 15/02/20 expirou o período de prova do livramento condicional, sem que houvesse a suspensão ou revogação, não há outra solução legal senão a extinção da pena pelo cumprimento da pena do PEC 0006097-63.2018.8.26.0041. Inexiste previsão legal que admita a prorrogação automática do livramento condicional" (*ibidem*).

Requer a concessão da liminar "para determinar a aplicação da Súmula 617 desse Colendo Tribunal Superior, extinguindo a punibilidade em relação à pena imposta no PEC 0006097-63.2018.8.26.0041" (fl. 10).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

Na hipótese, ao menos por ora, em juízo de cognição sumária, verifica-se não

ser o caso de deferimento do pedido em caráter de urgência, porquanto a medida liminar postulada (extinção da punibilidade) é de natureza satisfativa, confundindo-se com o próprio mérito da impetração, cuja análise competirá ao órgão colegiado em momento oportuno.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente